



Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré

Coordenação de Controle Interno

Praça da Independência s/nº - Centro - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95

PARECER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº A/2018-05SECULT

CARONA

CONTRATO Nº 20180206

Em atenção à determinação contida no §1º., do art.11, da Resolução 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº A/2018-05-SECULT, referente ao Procedimento Licitatório CARONA, que tem por objeto: ADESÃO A ATA DE PREÇO Nº 20180184 ORIUNDA DO PREGÇAO ELETRONICO 9/2018-014SEMSA, CUJO OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE “QUENTINHAS” E LANCHES COMPLETOS PARA ATENDER AS CAMPANHAS E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ-PA, pelo período de 12 meses, originário do Procedimento Licitatório já identificado e visando futura contratação de empresa especializada, CONTRATO Nº 20180206, que celebram entre si o Município de Vigia de Nazaré, através do CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ – PMVN, CNPJ-MF Nº 05.351.606/0001-95, representada neste ato pela Exma. Prefeita Municipal de Vigia de Nazaré, Sra. CAMILLE MACEDO PAIVA DE VASCONCELOS, e de outro lado a empresa CONTRATADA: MONCHICK DO LAR COMERCIO E EVENTOS LTDA – ME, CNPJ 06.304.594/0001-00, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR FERREIRA DA SILVA, sendo o valor total do contrato de R\$ 152.337,50 (Cento e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais, e cinquenta centavos) e o presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, a partir de 05 de Setembro de 2018 a 05 de Setembro de 2019, para atender as campanhas e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Cultura do município de Vigia de Nazaré/PA, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 3.722/2001, Decreto nº 8.538/2015, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.078/1990 e do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 8.666/1993 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Administrativo encontra-se Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade.

Salvo melhor juízo, esta Coordenadoria de Controle Interno entende que o Processo Administração e Contrato supramencionados encontram-se em ordem, podendo a Administração Pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, Declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de Crime de Responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Vigia de Nazaré, 28 de Setembro de 2018.